

SESAMM SERVIÇOS DE SANEAMENTO DE MOGI  
MIRIM S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2019

SESAMM SERVIÇOS DE SANEAMENTO DE MOGI MIRIM S.A.

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2019

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações do fluxo de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao  
Conselho de Administração e aos Acionistas da  
Sesamm Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S.A.  
Mogi Mirim - SP

### Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Sesamm Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sesamm Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 09 de março de 2020.



BDO RCS Auditores Independentes SS  
CRC 2 SP 013846/O-1

Estefan George Haddad  
Contador CRC 1 DF-008.320/O-5 - S - SP

Marcos Vinicius Galina Colombari  
Contador CRC 1 SP 262247/O-8

# SESAMM SERVIÇOS DE SANEAMENTO DE MOGI MIRIM S.A.

## Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	2019	2018		Nota explicativa	2019	2018
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	15.784	14.706	Empréstimos e financiamentos	7	4.251	3.991
Contas a receber	5	1.277	1.194	Arrendamento mercantil		53	-
Ativo financeiro	6	9.582	9.208	Fornecedores		383	1.041
Outros créditos		148	67	Obrigações sociais		331	290
Total do ativo circulante		26.791	25.175	Obrigações fiscais		176	129
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Ativo financeiro	6	66.715	64.286	Impostos diferidos	9	186	186
Imobilizado		99	54	Contas a pagar - partes relacionadas	8	37	59
Intangível		8	8	Dividendos a pagar	10	1.540	1.335
Total do ativo não circulante		66.822	64.348	Total do passivo circulante		6.957	7.031
<b>Total do ativo</b>				<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>			
		<u>93.613</u>	<u>89.523</u>			<u>93.613</u>	<u>89.523</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# SESAMM SERVIÇOS DE SANEAMENTO DE MOGI MIRIM S.A.

## Demonstrações do resultado

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2019	2018
Receita líquida	11	16.239	15.056
Custo do serviços prestados	12	(3.132)	(3.243)
Lucro bruto		13.107	11.813
Receitas/(despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	12	(1.416)	(1.298)
Outras receitas, despesas operacionais líquidas		(19)	(2)
		(1.435)	(1.300)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		11.672	10.513
Resultado financeiro	13		
Receitas financeiras		794	652
Despesas financeiras		(2.667)	(2.690)
		(1.873)	(2.038)
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		9.799	8.475
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	14	(1.686)	(1.030)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	14	(1.628)	(1.824)
		(3.314)	(2.854)
Lucro líquido do exercício		6.485	5.621
Lucro líquido por ação - básico e diluído	15	0,332	0,288

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# SESAMM SERVIÇOS DE SANEAMENTO DE MOGI MIRIM S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

---

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	<u>6.485</u>	<u>5.621</u>
Resultados abrangentes	<u><u>6.485</u></u>	<u><u>5.621</u></u>

---

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

---

# SESAMM SERVIÇOS DE SANEAMENTO DE MOGI MIRIM S.A.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros/(prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	19.532	1.227	18.502	-	39.261
Ajuste na adoção do CPC-48/IFRS-9	-	-	(2.067)	-	(2.067)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	5.621	5.621
Dividendos propostos	-	-	-	(1.335)	(1.335)
Reserva legal	-	281	-	(281)	-
Transferência para reserva de lucros	-	-	4.005	(4.005)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	19.532	1.508	20.440	-	41.480
Lucro líquido do exercício	-	-	-	6.485	6.485
Dividendos propostos	-	-	-	(1.540)	(1.540)
Dividendos complementares	-	-	(502)	-	(502)
Reserva legal	-	325	-	(325)	-
Transferência para reserva de lucros	-	-	4.620	(4.620)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	19.532	1.833	24.558	-	45.923

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# SESAMM SERVIÇOS DE SANEAMENTO DE MOGI MIRIM S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	6.485	5.621
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos	1.628	1.824
Depreciações e amortizações	14	14
Arrendamento mercantil	106	-
Remuneração do ativo financeiro	(12.015)	(12.826)
Redução ao valor recuperável do ativo financeiro	-	3.132
Juros sobre empréstimos	2.624	2.594
Varição nos ativos operacionais		
Contas a receber	(83)	479
Outros créditos	(80)	(11)
Ativo financeiro	9.212	5.720
Varição nos passivos operacionais		
Fornecedores e partes relacionadas	(680)	833
Obrigações sociais	41	20
Obrigações fiscais	1.733	1.063
Impostos diferidos	(187)	(187)
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(1.686)	(1.030)
Juros pagos sobre empréstimos	(2.621)	(2.576)
Caixa gerado nas atividades operacionais	<u>4.491</u>	<u>4.670</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(112)	(19)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	<u>(112)</u>	<u>(19)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de dividendos	(1.837)	(643)
Empréstimo bancário tomado	-	2.000
Pagamentos de principal	(1.464)	(1.379)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento	<u>(3.301)</u>	<u>(22)</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>1.078</u></u>	<u><u>4.629</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa - no início do exercício	14.706	10.077
Caixa e equivalentes de caixa - no fim do exercício	15.784	14.706
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>1.078</u></u>	<u><u>4.629</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## 1. Contexto operacional

A Sesamm Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S.A. ("Sociedade") foi constituída em 15 de agosto de 2008, tendo por objeto social específico e exclusivo cumprir o contrato de concessão, celebrado com o Município de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, decorrente do Edital de Concorrência Pública nº 003/2008 relativo à prestação dos serviços de complementação da implantação do sistema de afastamento de esgoto e implantação e operação do sistema de tratamento de esgoto do Município, incluindo a disposição dos resíduos sólidos gerados, bem como a realização das atividades correlatas e exploração de fontes de receitas autorizadas no contrato de concessão, tais como a comercialização dos resíduos do tratamento de esgoto, a prestação de serviços de tratamento de efluentes às indústrias instaladas no Município e a reutilização do efluente final.

Os serviços de tratamento de esgoto prestados pela Sociedade são remunerados pela Prefeitura Municipal de Mogi Mirim ("Poder Concedente"), por intermédio do Serviço Autônomo de Água e Esgotos - SAAE, por meio da soma das seguintes parcelas:

- a) Remuneração dos investimentos mediante aplicação da tarifa do componente de investimento proposta pela Contratada, expressa em R\$/m<sup>3</sup> de esgoto, aplicada ao volume de tratamento de esgoto ofertado em cada etapa da ETE, conforme previsto no Edital, de modo que a tarifa mensal relacionada à remuneração do investimento seja cobrada independentemente do volume de esgoto tratado;
- b) Remuneração da operação e manutenção mediante aplicação da tarifa do componente operacional proposta pela Contratada, expressa em R\$/m<sup>3</sup> de esgoto, aplicada ao volume mensal de esgoto tratado medido na saída da ETE.

As receitas auferidas pelas atividades correlatas, quando existirem, e pela exploração de outras fontes de receita autorizadas serão computadas para redução da tarifa referente ao tratamento de esgoto na proporção de 30% sobre o lucro líquido advindo dessas atividades.

O contrato estabeleceu o prazo de concessão em 30 anos, com possibilidade de prorrogação e, extinta a concessão, os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à concessão retornam ao Poder Concedente.

Uma vez que o modelo do contrato de concessão é da forma não onerosa, a Sociedade não pagará ao Poder Concedente nenhum ônus fixo e/ou variável pela exploração dos serviços mencionados.

O valor estimado do contrato é de R\$ 286.109, composto pela remuneração dos investimentos e da operação do tratamento do esgoto. Cabe destacar, ainda, que o valor dos investimentos estimados a serem efetuados para execução das quatro fases do projeto de implantação do sistema de afastamento de esgoto e implantação e operação do sistema de tratamento de esgoto é da ordem de R\$ 100.728, dos quais já foi investido até 31 de dezembro de 2019, na primeira e segunda fase do projeto, o montante de R\$ 55.389, com os impostos sobre receitas de construção. A Sociedade estima que os investimentos adicionais para conclusão das quatro fases sejam de aproximadamente R\$45.339, líquidos dos impostos sobre receitas de construção.

A Sociedade entrou em operação no dia 14 de junho de 2012. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6, a taxa de retorno do investimento é de 15% e está de acordo com o retorno previsto para o negócio.

Em 14 de setembro de 2016 a Sociedade assinou o Termo Aditivo nº 213.03/2016 referente ao reequilíbrio econômico e financeiro do contrato pela comprovação de utilização de meios construtivos não previstos no projeto básico do edital. Esse aditivo tem o valor de R\$6.914 a serem pagos em 69 parcelas.

## 2. Base para preparação das demonstrações contábeis

### 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e incorporam as alterações trazidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Afirmamos que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Administração da Sociedade na sua gestão.

### 2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

### 2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

### 2.4. Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: elaboração de projeções para realização dos ativos, determinação de taxa de desconto a valor presente utilizada na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes e determinação das receitas e custos de construção.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua pela Sociedade. Revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período de sua revisão e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos e estimativas críticos referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

#### Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão conforme determinado pela interpretação técnica ICPC-01 - Contratos de Concessão, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito a: aplicação da interpretação de contratos de concessão e determinação e classificação da remuneração da prestação de serviços de melhoria ou construção como ativo intangível ou ativo financeiro.

#### Determinação das receitas de construção

Quando executa ou contrata serviços de construção, a Sociedade deve reconhecer a receita de construção, quando realizada, pelo valor justo. A determinação do valor justo referente à parcela de construção requer a aplicação de julgamento e estimativas para determinação do montante a ser alocado como retorno das atividades de construção, com base no modelo econômico do contrato de concessão.

A receita de construção auferida e o custo de obra incorrido referem-se à construção da estação de tratamento de esgoto, emissários, coletores de esgoto e estação elevatória do Município de Mogi Mirim. As receitas e custos associados ao contrato de construção são reconhecidos tomando como base a proporção do trabalho executado até a data do balanço. A perda esperada no contrato de construção, quando aplicável, é reconhecida imediatamente como despesa.

O custo da obra é registrado com base nos valores efetivamente contratados de terceiros para a construção e é igual ao da receita, pois a Administração da Sociedade entende que o contrato firmado com o Município de Mogi Mirim (Poder Concedente) não prevê margem de lucro na construção.

#### Momento de reconhecimento do ativo financeiro

O ativo financeiro é registrado pelo seu valor justo em contrapartida à receita de construção com base nas características do contrato de concessão. Após o início das operações, o ativo financeiro passará a ser remunerado pela taxa de retorno de investimento prevista no modelo econômico preparado pela Administração com base nos termos do contrato de concessão.

### 3. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis são as seguintes:

#### 3.1. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Sociedade é parte das disposições contratuais do instrumento.

Avaliação dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos é registrada: (a) pelo seu valor justo por meio de resultado (VJR); e (b) pelo custo amortizado, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior.

i. Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Sociedade estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado ou custo amortizado.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os principais ativos financeiros da Sociedade incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e ativo financeiro da concessão.

a. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa estão a valor justo por meio do resultado. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Consistem basicamente em valores mantidos em caixa e bancos e outros investimentos de curto prazo, com liquidez imediata, em montante conhecido de caixa, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, e vencimento e expectativa de utilização em período inferior a 90 dias.

b. Contas a receber

As contas a receber de clientes estão classificadas como custo amortizado. As contas a receber de clientes estão apresentadas a valores de realização e referem-se substancialmente aos serviços de tratamento de esgoto. São registradas com base nos valores nominais e não ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações contábeis.

A Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas de perda.

c. Ativo financeiro da concessão

A Sociedade reconheceu um ativo financeiro resultante do contrato de concessão de serviços, conforme mencionado na nota explicativa nº 2.4. O recebível oriundo da remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial e está representado pelo direito de recebimento proporcional ao percentual executado das obras contratadas.

É medido subsequentemente pelo custo amortizado, ou seja, o valor inicialmente reconhecido mais os encargos financeiros cumulativos sobre esse valor calculado, utilizando o método dos juros efetivos menos as amortizações. A segregação do saldo entre o ativo circulante e não circulante é registrada com base no cronograma de recebimento determinado em contrato.

d. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Os ativos financeiros da concessão (representados pelas contas a receber do Poder Concedente) são avaliados por indicadores de sua redução ao valor recuperável no final de cada exercício. As perdas por redução dos ativos financeiros da concessão ao seu valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva de sua redução, como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido, após o reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Um ativo financeiro é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram;

A Sociedade transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a empresa transfere substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a empresa não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo.

ii. Passivos financeiros

A Sociedade determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo. Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros da Sociedade incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas e outros passivos.

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos e financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (pro rata temporis). Os custos dos empréstimos são reconhecidos como despesas, de acordo com o regime contábil de competência, exceto quando atribuíveis a um ativo qualificável.

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e que equivale ao valor justo e, subsequentemente, quando aplicável, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

### iii. Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### iv. Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Vide análise do valor justo de instrumentos financeiros na Nota Explicativa nº 17.

### 3.2. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis (passivos), acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias.

### 3.3. Imposto de Renda e Contribuição Social

Apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

#### i. Impostos correntes

As provisões para Imposto de Renda e Contribuição Social estão baseadas na respectiva base tributável do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas e despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

#### ii. Impostos diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos, ativos e passivos, são registrados com base em saldo de base tributável negativa (ativo) e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para imposto de renda e de 9% para contribuição social.

### 3.4. Reconhecimento das receitas e despesas

As receitas e despesas de operação são apropriadas de acordo com o período de competência.

As receitas de operação são provenientes do sistema de tratamento de esgoto da cidade de Mogi Mirim e a receita de concessão pela remuneração do ativo financeiro.

As receitas relacionadas aos serviços de construção são reconhecidas pelo valor justo, baseadas no estágio de conclusão da obra realizada.

### 3.5. Receitas e despesas financeiras

Representadas, substancialmente, por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos.

### 3.6. Mudanças nas principais práticas contábeis

A Sociedade aplicou inicialmente o CPC 06 (R2)/IFRS 16 partir de 1º de janeiro de 2019. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, mas não afetaram as demonstrações contábeis da Sociedade. O efeito da aplicação inicial dessas normas está descrito abaixo:

(i) IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil (CPC 06 - Arrendamento Mercantil)

A nova norma substitui o IAS 17 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações e determina que os arrendatários passem a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações contábeis dos arrendadores ficam substancialmente mantidos.

A Administração avaliou que a Sociedade possui arrendamento mercantil de valor relevante que irá ter variação significativa do seu capital circulante líquido na adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil", que entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019. A Sociedade avaliou e optou por modificar os critérios de contabilização dos contratos existentes e segue monitorando todos os seus contratos de longo prazo para verificação de possíveis arrendamentos mercantis e seus impactos, em 31 de dezembro de 2019 o montante registrado no ativo não circulante é de R\$ 53 e no passivo circulante é de R\$ 53.

Não há outras normas IFRS ou intepretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis da Sociedade.

## 4. Caixa e equivalentes de caixa

Representados por:

	2019	2018
Caixa e bancos	200	1.504
Aplicações financeiras	15.584	13.202
Total	<u>15.784</u>	<u>14.706</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Valores expressos em milhares de Reais)

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário (CDB) e são remuneradas entre 96,5% a 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

5. Contas a receber

Representados por:

	2019	2018
Contas a receber (a)	1.330	1.247
Contas a receber (b)	6.613	6.613
Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa	(6.666)	(6.666)
Total	<u>1.277</u>	<u>1.194</u>

- (a) Representa valores a receber do SAAE referentes à medição da estação de tratamento de esgoto;
- (b) Representa o saldo a receber da Prefeitura Municipal de Mogi Mirim referente ao reequilíbrio econômico financeiro do contrato de concessão assinado em 14 de setembro de 2016, cujo valor foi reconhecido a valor presente.

O prazo médio das contas a receber do SAAE é de 30 dias. Em 31 de dezembro de 2019, não existem saldos de contas a receber dados em garantia. Em caso de inadimplência do consumidor final, o risco é do Poder Concedente.

Foi constituído provisão para perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa referente ao saldo a receber da Prefeitura Municipal de Mogi Mirim devido a suspensão do pagamento.

O saldo de contas a receber de clientes em 31 de dezembro de 2019 está distribuído conforme a seguir:

	2019
Vencidas	
Acima de 365 dias	<u>6.613</u>
	6.613
A vencer:	
A vencer até 30 dias	1.277
A vencer até 90 dias	<u>53</u>
Total	1.330
Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa	(6.666)
Total de contas a receber de clientes	<u><u>1.277</u></u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Valores expressos em milhares de Reais)

6. Ativo financeiro

Representados por:

	2019	2018
Custo de investimento	55.389	55.174
Recebimentos	(58.805)	(49.593)
Ajuste pela taxa de retorno (a)	82.678	71.045
Impairment - ativo financeiro	(2.965)	(3.132)
Total	<u>76.297</u>	<u>73.494</u>
Ativo circulante	9.582	9.208
Ativo não circulante	66.715	64.286
Total	<u>76.297</u>	<u>73.494</u>

- (a) Refere-se ao valor cumulativo de atualização a valor presente do ativo à taxa de 15,18% ao ano (15% ao ano em 2018), a qual foi calculada pela Administração para definição do valor justo do ativo, considerando o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a ele associadas e o retorno do investimento realizado pela Sociedade.

A taxa de retorno do investimento é apurada no modelo econômico-financeiro elaborado pela Administração com base nas premissas do contrato de concessão. Essa taxa resulta da contraposição entre a parcela fixa da remuneração pelos investimentos nas obras que compõem o contrato de Concessão até o fim do contrato de concessão e o gasto efetivo com investimento realizado somado à estimativa de gastos adicionais para cumprimento das obrigações do contrato de concessão.

A remuneração pelo investimento é atualizada anualmente pelo Índice Nacional da Construção Civil - INCC conforme previsto em contrato. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a parcela fixa anual para remuneração do investimento foi de R\$ 9.212. A parcela fixa é decorrente da receita de concessão que remunera o capital investido e a parcela variável é a receita de operação pelo volume de esgoto tratado.

Os gastos com investimentos são adicionados ao ativo financeiro quando incorridos. Com base nas estimativas elaboradas pela Administração, são estimados gastos adicionais de aproximadamente R\$ 45.339, distribuídos ao longo do período residual do contrato de concessão, para atendimento de 100% do esgoto recebido pelo investimento nas obras conforme previsto nas obrigações contratuais.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Valores expressos em milhares de Reais)

A expectativa de realização da totalidade dos créditos é como segue:

Exercício a findar em	2019
2020	9.582
2021	11.632
2022	15.500
Após 2022	39.583
Total	<u>76.297</u>

## 7. Empréstimos e financiamentos

Representados por:

Instituição financeira	Encargos financeiros	Vencimento	2019		2018	
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Caixa Econômica Federal	(*) TR + 8,30% a.a.	12/07/32	3.791	24.617	3.968	25.909
Banco Santander Brasil S.A.	(**) IPCA + 7,28% a.a.	15/08/23	460	1.571	23	2.000
			<u>4.251</u>	<u>26.188</u>	<u>3.991</u>	<u>27.909</u>

(\*) TR - Taxa Referencial de Juros.

(\*\*) IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

O financiamento contratado com a Caixa Econômica Federal, em 3 de setembro de 2010, no montante de R\$35.063 tem como objetivo permitir à Sociedade a realização dos investimentos compromissados quando da obtenção da concessão. A primeira liberação de recursos referente a esse contrato ocorreu em 3 de março de 2011. Esse contrato tem um prazo de carência de 22 meses a partir da data de contratação, com pagamento de juros trimestrais. Após o prazo de carência, os juros e o principal serão pagos mensalmente até julho de 2032.

Nesse contrato de financiamento existem cláusulas restritivas denominadas "covenants", relativas ao nível de endividamento da Sociedade e cumprimento de obrigações acessórias, que são aplicáveis desde julho de 2013, quando encerrou o período de carência do contrato.

A Sociedade assumiu, entre outros, os seguintes compromissos de caráter econômico-financeiro constante no contrato ("covenants"):

- Realizar aporte em dinheiro no capital social, de forma a manter a relação entre o saldo devedor e o PL na proporção de 80/20;
- Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD em no mínimo 1,30, sendo o ICSD definido por: EBITDA (-) imposto de renda (-) contribuição social (-) investimento (+) empréstimos (+) aportes de capital (+/-) variação no capital de giro/ amortização de principal + pagamento de juros e EBITDA definido por: Lucro líquido + Despesa (receita) financeira líquida + Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social + Depreciação e amortização + Outras Despesas (receitas) líquidas não operacionais;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Valores expressos em milhares de Reais)

---

- Endividar-se até 1/12 do seu faturamento bruto anual ou até o valor correspondente a três prestações mensais imediatamente anteriores à data do endividamento;
- Não distribuir quaisquer recursos aos acionistas, sob a forma de dividendos, juros sobre o capital próprio, pagamento de juros e/ou amortização de dívida subordinada e/ou redução de capital e, participação nos resultados e honorários a qualquer título durante o período de amortização, estando autorizada a distribuição dos referidos recursos desde que seja atendido o Índice de Cobertura de Serviço da Dívida (ICSD) mínimo de 1,30.

O financiamento contratado com o Banco Santander Brasil S.A., em 16 de julho de 2018, na modalidade BNDES Giro, no montante de R\$ 2.000, tem como objetivo, aquisição de sistema fotovoltaico e instalação do mesmo, na Estação de Tratamento de Esgoto no município de Mogi Mirim. A liberação do recurso ocorreu em 30 de agosto de 2018. O prazo total do contrato é de 60 meses com 24 meses de carência e 36 meses de amortização. Durante o período de carência, o contrato prevê pagamento trimestrais dos encargos. Após esse período, os encargos e principais serão pagos mensalmente. O vencimento final do contrato será em 15 de agosto de 2023.

A Sociedade assumiu, entre outros, os seguintes compromissos de caráter econômico-financeiro constante do contrato:

- Não contratar novos endividamentos, empréstimos ou qualquer modalidade de financiamento, cujo valor seja superior a R\$ 5 milhões, sem aprovação prévia, exceto para perfilhamento de dívida;
- Redução de capital social da emissora/avalista que afetem substancialmente a capacidade de pagamento da dívida;
- Razão entre DFL (Dívida Financeira Líquida) e EBITDA a ser apurado anualmente deverá ser menor ou igual a 3,5x durante a vigência do contrato.

Em 31 de dezembro de 2019 a Sociedade cumpriu todas as cláusulas restritivas (covenants), quando exigidas, vigentes relativas ao contrato de financiamento.

As parcelas de longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	(R\$)
2021	4.610
2022	4.542
2023	4.253
2024	3.791
Após 2024	8.992
Total	<u>26.188</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Valores expressos em milhares de Reais)

8. Contas a pagar - partes relacionadas

Representados por:

	2019	2018
GS Inima Brasil Ltda.	37	59
Contas a pagar - partes relacionadas	<u>37</u>	<u>59</u>

9. Impostos diferidos

Representado por:

	2019	2018
PIS - diferido	703	737
COFINS - diferido	3.268	3.421
Total dos impostos diferidos	<u>3.971</u>	<u>4.158</u>
Passivo circulante	186	186
Passivo não circulante	3.785	3.972
Total	<u>3.971</u>	<u>4.158</u>

O Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) diferidos são calculados tomando por base as receitas apropriadas ao resultado dos exercícios que não foram realizadas financeiramente. O recolhimento será efetuado à medida dos respectivos recebimentos, em conformidade com o estabelecido pelo critério fiscal adotado pela Sociedade.

10. Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2019, o valor do capital social integralizado é de R\$ 19.532 e está representado por 19.532.409 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e assim distribuídas:

	Ações ordinárias	% Participação
GS Inima Brasil Ltda.	12.500.741	64
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp	7.031.668	36
	<u>19.532.409</u>	<u>100</u>

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Valores expressos em milhares de Reais)

---

Reservas de lucros e distribuição de dividendos

A reserva legal é constituída em conformidade com a legislação societária na base de 5% do lucro líquido do exercício, quando existir, até atingir 20% do capital social ou 30% do saldo do capital mais as reservas.

O estatuto da Sociedade prevê a distribuição de dividendos mínimos anuais obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido, quando existirem, conforme definido pela Lei das Sociedades por Ações.

O saldo de lucros acumulados é alocado à reserva de retenção de lucros, sendo sua distribuição definida em Assembleia Geral Ordinária e/ou Extraordinária.

Em 24 de abril de 2019 por meio de Assembleia Geral Extraordinária foram aprovados dividendos complementares ao exercício de 2018 no valor total de R\$ 502 e foram pagos aos acionistas no decorrer do ano de 2019.

A totalidade dos dividendos distribuídos referente ao lucro apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, no montante de R\$ 1.540, é referente aos dividendos mínimos obrigatórios e será pago aos acionistas ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

O cálculo dos dividendos obrigatórios, em 31 de dezembro de 2019, está demonstrado a seguir:

	<u>2019</u>
Lucro líquido do exercício	6.485
Reserva legal de 5% do lucro	(325)
Base de cálculo	<u>6.160</u>
Dividendos estatutários obrigatórios	25%
Dividendos propostos	<u><u>1.540</u></u>

A composição dos dividendos a pagar, está demonstrada a seguir:

	<u>2019</u>
GS Inima Brasil Ltda.	986
Companhia de Saneamento Básico do Estado de SP - SABESP	554
Dividendos a pagar	<u><u>1.540</u></u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Valores expressos em milhares de Reais)

11. Receita líquida

São representadas por:

	2019	2018
Receita líquida	<u>16.239</u>	<u>15.056</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada nas demonstrações do resultado dos exercícios é como segue:

	2019	2018
Receita de tratamento de esgoto	5.657	5.114
Receita do ativo financeiro	11.633	10.899
Receita de construção	138	148
PIS	(246)	(230)
COFINS	(1.129)	(1.061)
Reversão PIS / COFINS s/ receita de construção	186	186
Receita líquida	<u>16.239</u>	<u>15.056</u>

12. Custos e despesas por natureza

	2019	2018
Custos		
Pessoal	817	790
Materiais	578	497
Serviços prestados	929	1.012
Energia elétrica	593	719
Outros custos	215	225
Total de custos	<u>3.132</u>	<u>3.243</u>

	2019	2018
Despesas		
Remuneração de dirigentes	113	88
Pessoal	460	382
Materiais	14	15
Serviços prestados	506	357
Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação		
Duvidosa	167	-
Outros gastos	156	456
Total de despesas	<u>1.416</u>	<u>1.298</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Valores expressos em milhares de Reais)

13. Resultado financeiro

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receitas financeiras:		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	794	652
Total das receitas financeiras	<u>794</u>	<u>652</u>
Despesas financeiras:		
Despesas bancárias	(3)	(41)
Juros pagos ou incorridos	(2.624)	(2.595)
Despesas com financiamentos	(2)	(22)
Impostos sobre receita financeira	(38)	(32)
Total das despesas financeiras	<u>(2.667)</u>	<u>(2.690)</u>
Resultado financeiro	<u>(1.873)</u>	<u>(2.038)</u>

14. Imposto de Renda e Contribuição Social

I. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Base do ativo		
Prejuízo fiscal e base de Contribuição Social negativa	-	164
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	6.666	6.666
Participação nos resultados	192	161
Impairment - ativo financeiro	2.965	3.132
Base do passivo		
Ajustes referentes as diferenças entre práticas contábeis e fiscais (a)	(35.338)	(30.850)
Lucro diferido (b)	(6.131)	(6.131)
Base de cálculo	<u>(31.646)</u>	<u>(26.858)</u>
Alíquota nominal (%)	34%	34%
Total	<u>(10.760)</u>	<u>(9.131)</u>

- a) Referem-se aos ajustes decorrentes da adoção inicial das alterações de práticas contábeis adotadas no Brasil, relacionadas ao reconhecimento do ativo financeiro, principalmente em relação à diferença do imobilizado fiscal e ativo financeiro;
- b) Referem-se ao lucro diferido decorrente do reconhecimento do reequilíbrio econômico financeiro do contrato de concessão a ser recebido da Prefeitura Municipal de Mogi Mirim.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Valores expressos em milhares de Reais)

II. Reconciliação do Imposto de Renda e Contribuição Social

A reconciliação do Imposto de Renda e da Contribuição Social, correntes e diferidos, calculados com base nas alíquotas nominais, é como segue:

	2019	2018
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	9.798	8.475
Alíquota combinada vigente	34%	34%
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social calculada à alíquota vigente	(3.331)	(2.882)
Ajuste para a alíquota vigente		
Outros ajustes	17	28
Imposto de Renda e Contribuição Social contabilizados	<u>(3.314)</u>	<u>(2.854)</u>

Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social composto por:

	2019	2018
Correntes	(1.686)	(1.030)
Diferidos	(1.628)	(1.824)
Total	<u>(3.314)</u>	<u>(2.854)</u>

15. Lucro por ação

As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação, utilizados para o cálculo do lucro líquido básico e diluído por ação.

	2019	2018
Básico		
Lucro líquido do exercício	6.485	5.621
Número de ações ao fim do exercício (em milhares)	19.532	19.532
Lucro líquido por ação - básico - R\$	<u>0,332</u>	<u>0,288</u>
Diluído		
Lucro líquido utilizado na apuração do lucro básico por ação	6.485	5.621
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizadas na apuração do lucro diluído por ação (em milhares)	19.532	19.532
Lucro líquido por ação - diluído - R\$	<u>0,332</u>	<u>0,288</u>

Não há diferença entre o lucro básico e diluído por ação por não ter havido durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Valores expressos em milhares de Reais)

16. Demonstrações dos fluxos de caixa

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota Explicativa nº 4.

b) Informações suplementares

	2019	2018
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Dividendos propostos e não pagos	1.540	1.335
	1.540	1.335

17. Instrumentos financeiros

17.1. Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

17.2. Exposição a riscos de taxas de juros

A determinação do valor justo ("fair value") do instrumento financeiro contratado pela Sociedade é efetuada com base em metodologia padrão de mercado e com base em informações obtidas com a instituição contratada.

17.3. Análise de sensibilidade

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TR, que apresenta baixa volatilidade e impacto nos juros sobre os empréstimos. Em função da não relevância da informação, a Administração não efetuou análise de sensibilidade.

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da CDI, relativos a aplicações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2019, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre o saldo líquidos das aplicações financeiras.

	Cenário I (Provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+ 50%)
Indicadores			
CDI	6,42%	8,03%	9,63%
Receita de aplicações financeiras	848	916	929

▪ Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN.

#### 17.4. Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Sociedade a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras e contas a receber.

A Sociedade mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

#### 17.5. Valor contábil e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Sociedade, em 31 de dezembro de 2019, representam o valor justo ou o custo amortizado para os empréstimos e financiamentos, uma vez que a natureza e característica das condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis. Os saldos elegíveis são ajustados a valor presente.

#### 18. Cobertura de seguros

A Sociedade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e relevância, levando em conta a natureza de sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2019, as coberturas de seguros são resumidas, conforme a seguir:

Modalidade de seguro	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos operacionais	10.000
Civil	Responsabilidade civil	3.000
Seguro-garantia	Garantia do contrato de concessão	8.365

#### 19. Eventos subsequentes

A Sociedade não identificou eventos subsequentes as demonstrações contábeis que necessitam ser divulgados.

#### 20. Aprovação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Sociedade e autorizadas para emissão em 09 de março de 2020.